



ORDEM
DOS
ENGENHEIROS

Ordem dos Engenheiros – CDN
Nº 21/2016

ORDEM DOS ENGENHEIROS



ORDEM
DOS
ENGENHEIROS

CADERNO DE ENCARGOS

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES ELETRÓNICAS



ÍNDICE

Capítulo I - Disposições gerais	3
Cláusula 1. ^a – Objeto	
Cláusula 2. ^a – Contrato	
Cláusula 3. ^a – Prazo	
Capítulo II - Obrigações contratuais	4
Secção I – Obrigações do prestador de serviços	
Subsecção I – Disposições gerais	
Cláusula 4. ^a – Obrigações principais do prestador de serviços	
Cláusula 5. ^a – Conformidade e operacionalidade dos serviços	
Cláusula 6. ^a – Prazo de prestação dos serviços objeto do contrato	
Cláusula 7. ^a – Inspeção	
Cláusula 8. ^a – Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias	
Cláusula 9. ^a – Aceitação dos bens/serviços	
Cláusula 10. ^a – Garantia	
Cláusula 11. ^a – Garantia de continuidade de fabrico	
Subsecção II – Dever de sigilo	
Cláusula 12. ^a – Objeto do dever de sigilo	
Cláusula 13. ^a – Prazo do dever de sigilo	
Secção II – Obrigações da Ordem dos Engenheiros	
Cláusula 14. ^a – Preço contratual	
Cláusula 15. ^a – Condições de pagamento	
Capítulo III - Penalidades contratuais e resolução	11
Cláusula 16. ^a – Penalidades contratuais	
Cláusula 17. ^a – Força maior	
Cláusula 18. ^a – Resolução por parte do contraente público	
Cláusula 19. ^a – Resolução por parte do prestador de serviços	
Capítulo IV - Resolução de litígios	12
Cláusula 20. ^a – Foro competente	
Capítulo V - Disposições finais	12
Cláusula 21. ^a – Subcontratação e cessão da posição contratual	
Cláusula 22. ^a – Comunicações e notificações	
Cláusula 23. ^a – Contagem dos prazos	
Cláusula 24. ^a – Legislação aplicável	
ANEXO I	13



CADERNO DE ENCARGOS RELATIVO À AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES ELETRÓNICAS

Capítulo I Disposições gerais

Cláusula 1.ª

Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual, fazendo sua parte integrante o Anexo I, que tem por objeto principal a aquisição de serviços de “Comunicações Eletrónicas” ao abrigo de Ajuste Direto, até ao preço base de € 13.000,00 (treze mil euros).

Cláusula 2.ª

Contrato

1 — O contrato de aquisição de serviços de comunicações eletrónicas, consiste, entre outros, na aquisição, pela Ordem dos Engenheiros, de um conjunto de serviços que permite o armazenamento, gestão, partilha e disponibilização de dados, software, aplicações e serviços computacionais através da internet.

2 — O contrato a celebrar é composto pelo respectivo clausulado contratual e os seus anexos e integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- b) O presente Caderno de Encargos;
- c) O convite;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.



Cláusula 3.ª

Prazo

O contrato mantém-se em vigor pelo período de 1 (um) ano, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Capítulo II

Obrigações contratuais

Secção I

Obrigações do prestador de serviços

Subsecção I

Disposições gerais

Cláusula 4.ª

Obrigações principais do prestador de serviços

1 — Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador para além do cumprimento da prestação de serviços, a prestação das seguintes obrigações principais perante a Ordem dos Engenheiros:

I. Serviço de dados VPN IP MPLS SIBS:

- a) Serviço de rede privada virtual de dados;
- b) Interligação entre a Datacenter do prestador de serviços e a SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A., a 2 Mbps.

II. Cloud Computing (Modelo IaaS), para o sistema integrado de gestão da Ordem dos Engenheiros (SIGOE):

- a) Obrigação de acesso permanente ao serviço virtual “*Cloud computing*”, com sistema de segurança e protecção de toda a informação;
- b) Obrigação de manutenção, atualização e desenvolvimento dos sistemas de armazenamento dos dados, ficheiros e aplicações da Ordem dos Engenheiros;
- c) Obrigação de alojar todo o tipo de informação, dados, aplicações, serviços, documentos, ficheiros em servidores virtuais, incluindo serviços de “Backup” remoto;



- d) Obrigação de aquisição de equipamento e de quaisquer licenças de *software* necessárias à realização da prestação de serviços pretendida;
- e) Obrigação de realização de backups periódicos, através de plataformas alojadas em data centers, garantido a preservação de toda a informação;
- f) Obrigação de reverter, no final do contrato de prestação de serviços, todos os dados, ficheiros e aplicações migradas para a *Cloud computing*, para a Ordem dos Engenheiros, de forma a permitir a sua utilização contínua, sem interrupções e com as mesmas funcionalidades;

III. Acesso dedicado à Internet a 100 Mbps com inclusão de bloco de 8 IP Fixos.

- a) Acesso simétrico à rede IP de banda larga através de circuito dedicado a 100 Mbps;
- b) Fornecimento de equipamento de acesso adequado às características do serviço;
- c) Acesso à internet através de gama diversificada de velocidades de acesso desde 64 Kbps até 10 Gbps;
- d) Ligação direta e exclusiva à Rede IP do prestador de serviços;
- e) Mensalidade independente do tempo de utilização e do volume de informação.

IV. SMS Pro (Pacote de 40.000 SMSs/ano):

- a) Plataforma para envio e receção de SMS para uma lista de contatos, atualizável pela Ordem dos Engenheiros sempre que pretender, independentemente da rede móvel;
- b) Pacote de 40.000 SMSs por ano.

V. Mail box 5 GB + Domínio PT para o SIGOE:

- a) Alojamento de 3 caixas de correio nos servidores do prestador de serviços com 5 Gb em domínio da Ordem dos Engenheiros.

VI. TV Cabo:

- a) Televisão por cabo com 132 canais.

2 — A proposta a apresentar pelo prestador de serviços deverá indicar, de forma discriminada, o valor unitário de cada um dos serviços a prestar pelo mesmo.

3 — O valor unitário dos serviços a prestar pelo prestador de serviços não é suscetível de alterações durante o prazo de vigência do contrato, independentemente das variações de preços de mercado, sob pena de resolução do contrato de prestação de serviços por justa causa, pela Ordem dos Engenheiros.

4 — O prestador obriga-se a não alterar as condições de fornecimento dos bens e da prestação de serviços.



5 — A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, de acordo com o previsto no presente Caderno de Encargos.

Cláusula 5.ª

Conformidade e operacionalidade dos serviços

1 — O prestador de serviços obriga-se, perante a Ordem dos Engenheiros, a prestar os serviços, instalá-los e configurá-los, com as características, especificações e requisitos previstos no presente Caderno de Encargos.

2 — Os serviços objeto do contrato devem ser instalados e configurados em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam.

3 — É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens, bem como à prestação de serviços.

4 — O prestador de serviços é responsável perante a Ordem dos Engenheiros por qualquer defeito ou discrepância dos sistemas disponibilizados e instalados objeto do contrato que existam no momento em que os serviços lhe são prestados.

Cláusula 6.ª

Prazo de prestação dos serviços objeto do contrato

Os serviços objeto do contrato deverão ser disponibilizados, instalados e configurados, no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a adjudicação.

Cláusula 7.ª

Inspeção

1 — Efetuada a configuração dos serviços objeto do contrato, a Ordem dos Engenheiros, por si ou através de terceiro designado, procede, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, à inspeção quantitativa e qualitativa dos mesmos, com vista a verificar, respetivamente, se os mesmos correspondem às quantidades estabelecidas na Parte II deste documento e se reúnem as características, especificações e requisitos definidos na Parte II e na proposta adjudicada.

2 — Durante a fase de realização de inspeção qualitativa, o prestador de serviços deve prestar à Ordem dos Engenheiros toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar durante a realização daqueles, através de pessoas devidamente credenciadas para o efeito.

Cláusula 8.ª

Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias



1 — No caso de a inspeção qualitativa na cláusula anterior comprovar a existência de defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos definidos na parte II deste documento, a Ordem dos Engenheiros deve disso informar, por escrito, o prestador de serviços.

2 — No caso previsto no número anterior, o prestador de serviços deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela Ordem dos Engenheiros, às reparações, actualizações, alterações ou substituições necessárias para garantir as características, especificações e requisitos exigidos.

3 — Após a realização das reparações, actualizações, alterações ou substituições necessárias pelo prestador de serviços, no prazo respetivo, a Ordem dos Engenheiros procede à realização de nova inspeção qualitativa, nos termos da cláusula anterior.

Cláusula 9.ª

Aceitação dos bens e serviços

1 — Caso a inspeção qualitativa a que se refere a cláusula 7.ª comprove a total conformidade com as exigências solicitadas, e neles não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos definidos no presente Caderno de Encargos, deve ser emitido, no prazo máximo de 5 dias a contar do final dos testes, um auto de receção, assinado pelos representantes do prestador de serviços e da Ordem dos Engenheiros.

2 — Com a assinatura do auto a que se refere o número anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos bens objeto do contrato para a Ordem dos Engenheiros, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o prestador de serviços.

3 — A assinatura do auto a que se refere o n.º 1 não implica a aceitação de eventuais defeitos ou de discrepâncias que venham a decorrer posteriormente ao mesmo.

Cláusula 10.ª

Garantia

1 — O prestador de serviços fica sujeito, com as devidas adaptações e no que se refere aos elementos entregues à Ordem dos Engenheiros em execução do contrato, às exigências legais, obrigações do fornecedor e prazos respectivos aplicáveis aos contratos de aquisição de bens móveis, nos termos do Código do Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

2 — Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, o prestador garante os bens objeto do contrato, pelo prazo de 2 (dois) anos, a contar da data da prestação dos serviços objecto do presente Caderno de Encargos, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências e com características, especificações e requisitos definidos no presente Caderno de Encargos, que se revelem a partir da respetiva aceitação do bem/serviço.



3 — No prazo máximo de 2 (dois) meses a contar da data em que a Ordem dos Engenheiros tenha detetado qualquer defeito ou discrepância, deve notificar o fornecedor/prestador, para efeitos da respetiva reparação.

Cláusula 11.^a

Garantia de continuidade de fabrico

O prestador de serviços deve assegurar a continuidade do fornecimento de todos os componentes/ programas e equipamentos que integram os serviços objeto dos serviços, pelo prazo estimado de vida útil dos serviços, a contar do início da prestação efetiva dos serviços.

Subsecção II
Dever de sigilo

Cláusula 12.^a

Objeto do dever de sigilo

1 — O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Ordem dos Engenheiros, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2 — O prestador de serviços não pode por qualquer forma divulgar ou por qualquer meio revelar a terceiros dados e factos relativos ao presente contrato, de que os seus técnicos e colaboradores venham a tomar conhecimento, pelo exercício directo ou indirecto das suas funções, independentemente do tipo de vínculo laboral que tenham com o prestador de serviços.

3 — A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

4 — Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 13.^a

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 3 anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas colectivas.



Secção II
Obrigações da Ordem dos Engenheiros

Cláusula 14.^a

Preço contratual

- 1 – O preço base para efeitos do presente procedimento pré-contratual é de € 13.000,00 (treze mil euros), não podendo, em qualquer caso, o valor ser superior a este montante, ao qual acresce o valor de IVA à taxa legal em vigor.
- 2 – O preço base é o preço máximo que a Ordem dos Engenheiros se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações e obrigações previstas no presente Caderno de Encargos.
- 3 – O preço referido no número 1 inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Ordem dos Engenheiros, nomeadamente os relativos ao transporte dos bens objeto do contrato para o respetivo local de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 15.^a

Condições de pagamento

- 1 – O valor global da proposta apresentada será fraccionado e facturado mensalmente, devendo as quantias devidas pela Ordem dos Engenheiros serem pagas no prazo de 30 (trinta) dias, após a receção pela mesma, das respetivas facturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento das obrigações respetivas.
- 2 - Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a prestação dos serviços objeto do contrato.
- 3 - Em caso de discordância por parte da Ordem dos Engenheiros, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
- 4 - Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos números anteriores, as faturas são pagas através de cheque ou transferência bancária.



Capítulo III
Penalidades contratuais e resolução

Cláusula 16.^a

Penalidades contratuais

- 1 — Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Ordem dos Engenheiros pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, entre 10% e 50%.
- 2 — Na determinação da gravidade do incumprimento, a Ordem dos Engenheiros tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.
- 3 — A Ordem dos Engenheiros pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
- 4 — As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a Ordem dos Engenheiros exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 17.^a

Força maior

- 1 — Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
- 2 — Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
- 3 — Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor/prestador, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor/prestador ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;



- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor/prestador de deveres ou ónus que sobre ele recaia;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor/prestador de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor/prestador cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor/prestador não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 — A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 — A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afectadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 18.^a

Resolução por parte do contraente público

1 — Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a Ordem dos Engenheiros pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso do prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

- a) Atraso, total ou parcial, na prestação dos serviços objeto do contrato superior a 3 (três) meses ou declaração escrita do prestador de serviços de que o atraso em determinada entrega excederá esse prazo;
- b) O prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente as previstas na cláusula 4.^a.

2 — O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela Ordem dos Engenheiros.

Cláusula 19.^a

Resolução por parte do prestador de serviços

1 — A resolução do contrato pelo prestador de serviços não determina a repetição das prestações já realizadas por aquele, cessando, porém, todas as obrigações ao abrigo do

9'



contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

2 — O direito de resolução é exercido mediante recurso aos tribunais judiciais, nos termos da cláusula 20.ª.

3 — Nos casos previstos no n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à Ordem dos Engenheiros, que produz efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

Capítulo IV **Resolução de litígios**

Cláusula 20.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo e de círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo V **Disposições finais**

Cláusula 21.ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 22.ª

Comunicações e notificações

1 — Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 — Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 23.ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 24.ª



Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

ANEXO I

- Descrição dos serviços e indicação dos valores unitários mensais máximos, a pagar por cada serviço, conforme descritos na Clausula 4.ª do presente Caderno de Encargos:

Serviço	Valores máximos unitários (mensais)
I. Serviço de dados VPN IP MPLS SIBS	102,50 €
II. IaaS– Infrastructure as a Service (Cloud SIGOE) 1 Servidor virtual com: 2 vCPU 2 GB vRAM 100 GB de espaço em disco (SO + Dados) Windows Server Standard 1 Servidor virtual com: 2 vCPU 4 GB vRAM 100 GB de espaço em disco (SO + Dados) Windows Server Standard Microsoft SQL Server Standard Backup Servidor Virtual de 0,5 TB por mês	473,40 €
III. Acesso dedicado à Internet a 100 Mbps (inclui bloco de 8 IP Fixos)	206,41 €
IV. SMS Pro (Pacote de 40.000 SMSs anuais) Caso sejam ultrapassadas as 40.000 SMSs anuais, incluídas neste serviço, a Ordem dos Engenheiros dispõe-se a pagar o valor máximo unitário de € 0,045, por cada SMS excedente.	150,00 €
V. Mail box 5 GB + Domínio PT (3 caixas de correio)	8,07 €
VI. TV Cabo	42,97 €

Handwritten signature